

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE PEDERNEIRAS- ESTADO DE SÃO
PAULO**

Processo nº 1001497-78.2015.8.26.0431

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

R4C ASSESSORIA EMPRESARIAL,
administradora judicial/Perito, nomeada nos autos do pedido de Recuperação
Judicial de **Mega Química Indústria e Comércio EIRELI**, vem,
respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, visando atender ao despacho de
fls. 633, expor o que segue.

Com o objetivo de oferecer ao DD. Magistrado meios
suficientes para analisar a real condição econômica, patrimonial e operacional da
empresa requerente, apresentamos relatório nos termos abaixo indicados.

I. RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

1. Do Auto de Constatação

Conforme auto de constatação, anexo I, este administrador judicial pode verificar, *in loco*, no dia 10/02/2017, que a Requerente encontra-se em regular atividade operacional / industrial.

Há, portanto, todos os indícios necessários de que a empresa Requerente mantém suas atividades na sede indicada na inicial, superando, ao menos neste momento, eventual dúvida acerca da continuidade das operações, fato este atestado pelas imagens acostadas.

2. Aspectos Introdutórios Acerca da Viabilidade Econômica da Requerente

A presente análise foi elaborada com o objetivo primordial de demonstrar – nos termos da Lei nº 11.101/2005 – Lei de Recuperação de Empresas e Falência – as bases financeiras, operacionais e estratégicas em direção à desejada superação da sua crise, de forma a resguardar e maximizar sua função social, seja como entidade geradora de bens e recursos, seja como provedora de empregos e tributos, resguardando também os interesses da comunidade de credores.

Neste sentido, o trabalho sintetiza, observa e relata a capacidade financeira da Empresa a partir de informações disponibilizadas exclusivamente pela Requerente, não sendo neste momento factíveis de verificação por este Administrador. Confiamos, portanto, na qualidade, completude, rigorosidade e precisão de tais informações¹.

¹ O Relatório de análise presente acredita que todas as informações fornecidas pela Requerente são de única e exclusiva responsabilidade da mesma.

Cabe ressaltar ainda que, a rigor, uma análise de viabilidade econômica- financeira leva em consideração outras variáveis de cunho não apenas micro, mas também macroeconômico e completo. No entanto, em cumprimento a ordem judicial proferida, o presente relatório verificará a atual situação da empresa em questão.

Para a elaboração do presente relatório foram levados em conta a síntese histórica e descrição da empresa², fundamentalmente as justificativas para a utilização do instrumento recuperacional e o breve histórico da Requerente contendo informações relevantes, bem como as que identificam as origens da crise financeira da empresa (relatadas na petição inicial de fls. 1/11), bem como, para análise setorial, as Demonstrações Financeiras mais importantes, tais como: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Fluxo de Caixa, viabilizando a análise dos principais índices econômico-financeiros.

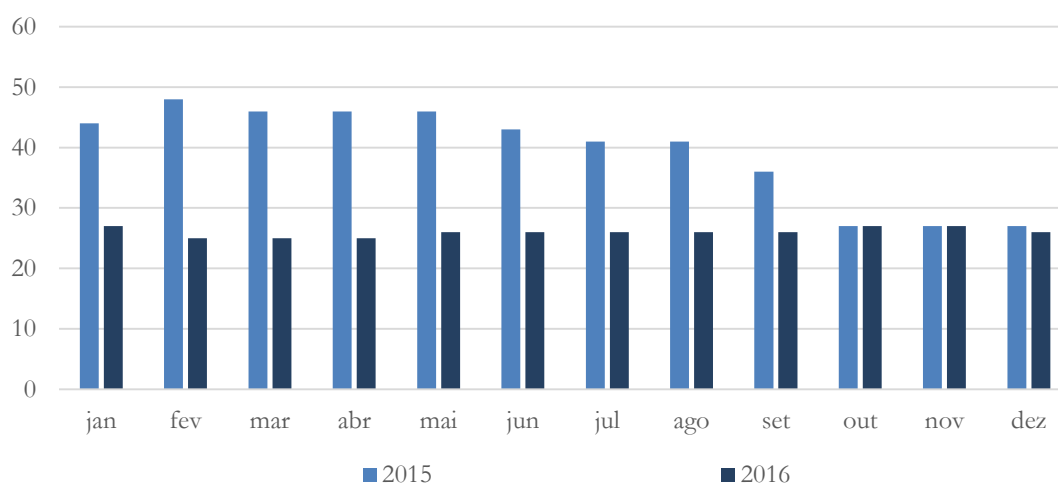
Com base nos dados que aqui serão apresentados, verificaremos ou não a capacidade da Empresa, no presente momento e contexto, de honrar suas responsabilidades, tendo em vista a propositura do presente pedido de Recuperação Judicial, em especial em face de seus credores.

² Analisaremos o período que compreende o pedido de RJ (ano de 2015: de 01/01/2015 a 31/12/2015) comparando-o com o período posterior a esta (ano de 2016: 01/01/2016 a 31/12/2016), bem como a situação atual e, para isso: compararemos o 1º trimestre de 2016 (01/01/2016 a 31/03/2016) ao 1º trimestre de 2017 (01/01/2017 a 31/03/2017) – período de relevância à empresa, uma vez que tratasse de uma indústria cujo produto final sofre com os efeitos da sazonalidade (2º semestre do ano, via de regra, apresenta resultado menos significativo ao de sua capacidade de venda e estrutura industrial existente). Acreditamos que dessa forma obteremos um melhor diagnóstico a respeito das medidas implementadas pela empresa.

a. Da visão das atividades e produtos

De acordo com o relatório enviado pela empresa, a estrutura organizacional da Mega Química possui o seguinte quadro de colaboradores, a saber:

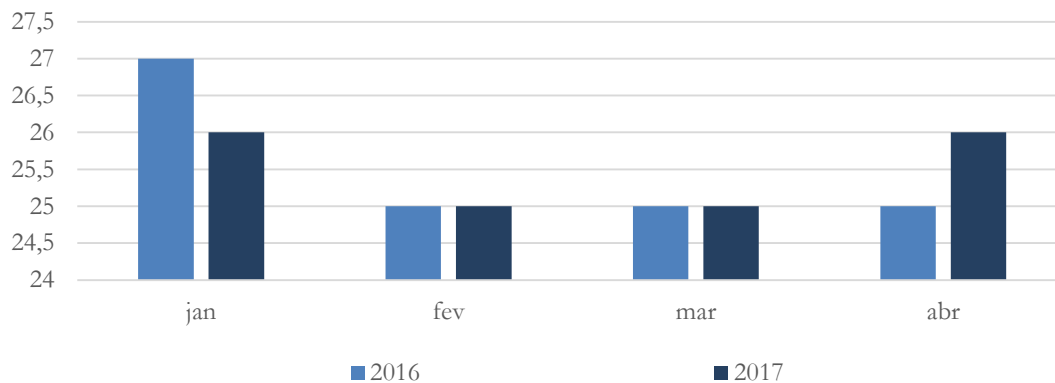
Gráfico 01 - Evolução do número de funcionários



A partir dos dados no gráfico acima, verificamos que a empresa Mega Química, passou por um processo de reestruturação, reduzindo o seu quadro de funcionários quase que pela metade (houve uma redução de aproximadamente 48% entre os primeiros meses de 2015).

Nota-se que o quadro de funcionários começou a demonstrar estabilidade a partir do período posterior à distribuição da RJ – novembro de 2015. Atualmente (abril de 2017), a empresa possui um quadro com 26 funcionários (houve a contratação de um funcionário no período entre março e abril de 2017), como podemos verificar no gráfico abaixo.

Gráfico 02 - Evolução do número de funcionários



Através dos dados acima vistos e disponibilizados pela empresa Mega Química, podemos observar que esta passou pelo processo de reestruturação, mantendo-se operante, produzindo apesar de suas dificuldades financeiras de curto prazo – parte desta, advinda das consequências do processo de reestruturação: processos trabalhistas, como veremos abaixo.

b. Das Demonstrações Financeiras

Abordaremos os principais indicadores econômicos e financeiros com o objetivo de avaliar a capacidade de pagamento de todos os credores e a recuperação da saúde financeira da Empresa.

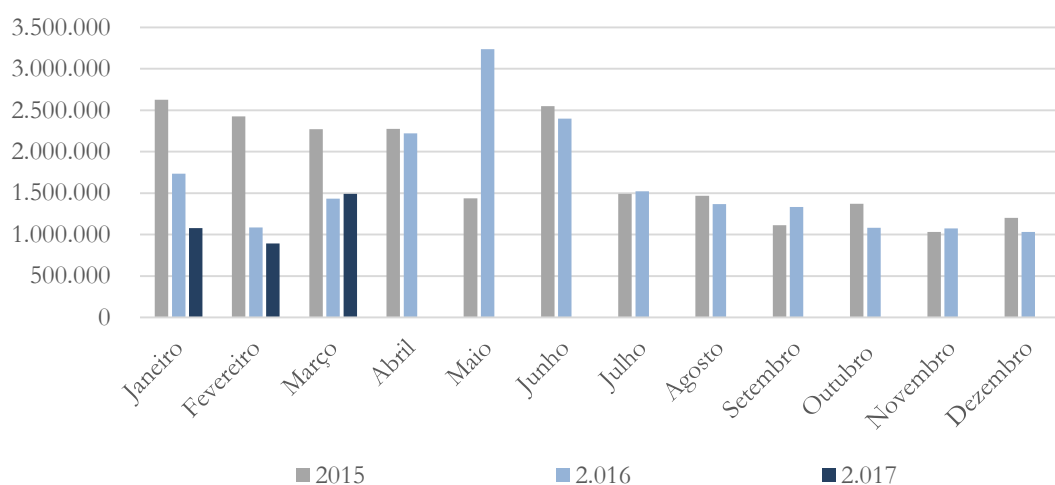
i. Evolução do Faturamento³

De acordo com declaração prestada pelo sócio e pelo contador da Requerente em 18 de abril de 2017, o faturamento do ano de 2015,

³ A tabela completa contendo todos os valores encontra-se em ANEXO.

acumulado até dezembro, perfaz a monta de R\$ 21.255.151. No mesmo período do ano de 2016, a empresa obteve um faturamento total de R\$ 19.518.494 – demonstrando ter havido uma redução de 8,2%, como podemos observar no gráfico abaixo.

Gráfico 03 - Evolução do Faturamento



A partir dos dados disponibilizados pela empresa, podemos verificar que quando comparamos o 1º trimestre do período em análise, concluímos que do 1º trimestre de 2015 para o 1º trimestre de 2016, a empresa apresentou uma redução de 41,9% em seu faturamento: segundo a empresa, devido à má gestão da empresa no período. No entanto, quando comparamos o 1º trimestre de 2016 com o 1º trimestre de 2017, verificamos que essa redução no faturamento foi de 18,6%.

Em se tratando, especificamente, do ano de 2016, chama a atenção o mês de maio que apresentou o maior faturamento histórico da empresa (R\$ 3.234.441). Solicitamos a empresa maiores esclarecimentos a respeito e a mesma nos explicou que tal fato se deve a um contrato firmado junto a uma rede de

supermercados situada na cidade do Rio de Janeiro⁴, além do aumento no consumo de álcool asséptico (um dos produtos fornecidos pela empresa), os quais lhe proporcionaram esse aumento expressivo.

ii. Balanço Patrimonial

ii. a. Da análise dos dados constantes do Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial apresentou prejuízo acumulado⁵ no ano de 2016, no valor de R\$ 15.640.042.

Os principais efeitos motivadores da variação do **Ativo** foram:

- (i) Diminuição de 89,8% na linha Disponível, de R\$ 29.535 em 2015 para R\$ 3.023 em 2016. Resultado semelhante pode ser observado quando da análise do 1º trimestre de 2016 (R\$ 12.678) quando comparado ao 1º trimestre de 2017 (R\$ 3.156), quando houve uma diminuição de 75,1%. Tal redução – em ambos os períodos de análise – foi capitaneada pela conta Banco conta movimento que apresentou diminuição de 99% (passando de R\$ 18.643 para R\$ 2 em 2016) e de 66,3% do 1º trimestre de 2016 para o 1º trimestre de 2017 (passando de R\$ 44 para R\$ 15). Para

⁴ A Casas Guanabara Comestíveis Ltda., representou 12% do total de clientes da empresa, enquanto em 2017, sua participação está em 6% - a carteira completa de clientes, encontra-se em ANEXO.

⁵ Segundo o Balanço Patrimonial disponibilizado, a empresa acumula prejuízo desde 2009. O resultado acima diz respeito ao período de 2008 a 2016 – a exceção foi o ano de 2008, que apresentou um lucro acumulado no valor de R\$ 128.017.

uma análise aprofundada sobre este tópico, pode ser necessário maiores esclarecimentos por parte da empresa.

- (ii) No que diz respeito a linha Duplicatas a Receber, verificamos que houve um aumento exorbitante em ambos os períodos de análise. De 2015 para 2016 esta linha apresentou um aumento de 506% (passando de R\$ 73.631 para R\$ 446.286), enquanto que do 1º trimestre de 2016 quando comparado ao 1º trimestre de 2017, este aumento foi ainda maior: 876%. Solicitamos à empresa maiores esclarecimentos a respeito e esta nos explicou que a empresa passou por uma reorganização no que diz respeito a sua gestão, pois vários lançamentos não eram contabilizados de forma adequada, gerando distorções em seu resultado. Isso significa que a empresa de fato apresentou um aumento significativo nessa linha, mas que provavelmente essa diferença deva ser menor que a apresentada;
- (iii) Em se tratando da linha Estoques⁶, essa apresentou aumento de 149,3% no ano de 2015, quando comparado a 2016 – passando de R\$ 86.110 para R\$ 214.683. O mesmo movimento não foi apresentado no 1º trimestre de 2016, comparado ao 1º trimestre de 2017, quando a empresa apresentou uma diminuição de 4,8% em seus estoques. Também solicitamos esclarecimentos a respeito de tal resultado. Segundo a empresa, o resultado entre 2015 e 2016 se deve ao contrato firmado junto a uma rede de supermercados, situado na cidade do Rio de Janeiro⁷ fazendo com que seus estoques se elevasse. No entanto, devido a conjuntura econômica e, conseqüente redução no consumo, estes

⁶ Encontra-se em ANEXO, a lista completa de Estoques da empresa.

⁷ Apenas para mencionar a diferença no período: a Casas Guanabara Comestíveis Ltda. comprou o equivalente a R\$ 2.273.912 em 2016, enquanto em 2017 esse valor foi de R\$ 234.174 – representando uma redução de 89,7% no período.

seguiram a mesma trajetória, verificando-se assim uma redução nos estoques;

- (iv) Referente ao Ativo Não Circulante verifica-se que este apresentou aumento de 11,1% entre 2015 quando comparado a 2016, passando de R\$ 12.525 para R\$ 13.920, enquanto no 1º trimestre de 2016, este foi de R\$ 12.793, passando para R\$ 13.920, no 1º trimestre de 2017 – representando aumento de 8,8%;
- (v) No que diz respeito ao Ativo Permanente, esta apresentou diminuição de 24,4% no período de 2015 quando comparado a 2016, passando de R\$ 109.624 para R\$ 82.828, enquanto que no 1º trimestre de 2016 esta ficou em R\$ 103.007, passando para R\$ 78.278 no 1º trimestre de 2017 – diminuição de 24,1%. Vale ressaltar que tal redução não se deve a qualquer movimentação no Imobilizado, mas sim na linha Depreciação acumulada, a qual é descontada como resultado no Ativo Permanente. Essa linha apresentou aumento de 5% entre o período de 2015, quando comparado a de 2016⁸.

Os principais efeitos motivadores da variação do

Passivo foram:

- (i) A linha Fornecedores apresentou aumento (13%) no período em análise, passando de R\$ 5.456.503 em 2015 para R\$ 6.170.137 em 2016 – impacto de R\$ 713.634. Tal aumento foi um pouco menor

⁸ O mesmo percentual de aumento foi contabilizado no período que compreende o 1º trimestre de 2016, quando comparado ao 1º trimestre de 2017.

(9,5%) quando do 1º trimestre de 2016 (R\$ 5.712.939), quando comparado ao 1º trimestre de 2017 (6.255.513) – aumento de R\$ 542.575, no período em análise;

- (ii) Aumento de 14% na conta Obrigações Fiscais. O saldo de 2015 foi de R\$ 7.076.553 e, em 2016, esse saldo foi para R\$ 8.073.888 – representando aumento de R\$ 997.335. No 1º trimestre de 2016, esse saldo ficou em R\$ 7.269.194, passando para R\$ 8.270.505 no 1º trimestre de 2017 – representando um aumento de 13,7% (ou R\$ 1.001.312);
- (iii) Diminuição (44,1%) pode ser verificada na linha Retirada Pro Labore a Pagar⁹ que passou de R\$ 2.805 para R\$ 1.566, em janeiro de 2016 – redução de R\$ 1.239, no período em análise;
- (iv) Diminuição (32,2%) também pode ser observada na linha Provisão para curto prazo, a qual foi de R\$ 297.617 em 2015 e passou para R\$ 201.824 em 2016. Situação semelhante pode ser notada no 1º trimestre de 2016 (R\$ 311.470), quando comparado ao 1º trimestre de 2017 (R\$ 214.008) – representando uma diminuição de 31,3%, no período em análise;
- (v) No que diz respeito ao Passivo Não Circulante, a conta Parcelamentos, verifica-se que esta apresentava saldo de R\$ 764.605 em 2015 e deixou de apresentar saldo em 2016. O mesmo pode ser verificado no 1º trimestre de 2016 (saldo de R\$ 764.605) quando

⁹ Essa linha manteve-se estável em R\$ 1.566 no 1º trimestre de 2016 quando comparado ao 1º trimestre de 2017.

comparado ao 1º trimestre de 2017 (não apresentou saldo). Para uma análise aprofundada sobre este tópico, pode ser necessário maiores esclarecimentos por parte da empresa.

- (vi) Na linha Patrimônio Líquido verificou-se aumento de 7,5% em seu *status*. Apresentando saldo negativo ao longo do período analisado, saiu de R\$ 14.567.770 (em 2015) para R\$ 15.654.753 (em 2016). Os mesmos resultados podem ser verificamos no 1º trimestre de 2016, quando comparado ao 1º trimestre de 2017.

iii. Do Capital de Giro Líquido

O Capital de Giro Líquido (CGL) é um indicador de liquidez fundamentado na apuração do Ativo Circulante (AC) – recursos disponíveis a curto prazo – *versus* o Passivo Circulante (PC) – obrigações de curto prazo.

Caso este indicador seja positivo, significa que a empresa apresenta indícios de capacidade de pagamento de seu passivo de curto prazo, no caso de exigibilidade imediata.

Em R\$	2015	2016	1º trim 2016	1º trim 2017
AC	821.405	1.471.855	1.303.166	1.717.883
PC	14.725.718	16.324.083	15.212.873	16.668.005
CGL	- 13.904.313	- 14.858.228	- 13.909.707	- 14.950.121

De acordo com o cálculo do CGL da empresa, este apresenta índice negativo no período analisado, ou seja, o Ativo Circulante apresenta-se inferior face ao Passivo Circulante, representando indícios de que a empresa tem dificuldades no que diz respeito a sua capacidade de saldar suas obrigações de curto prazo.

iv. Da Disponibilidade Operacional

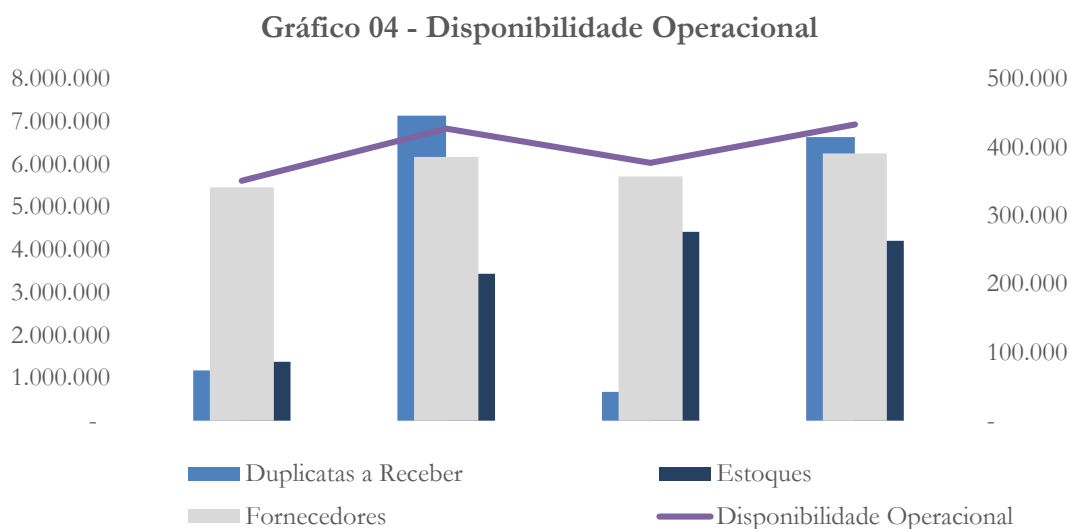
A Disponibilidade Operacional, que é composta por Duplicatas a Receber, Estoques e Fornecedores, a qual apresentou resultado positivo nos dois períodos analisados.

A Disponibilidade Operacional está assim representada:

<i>Em R\$</i>	<i>2015</i>	<i>2016</i>	<i>1º trim 2016</i>	<i>1º trim 2017</i>
Duplicatas a Receber	73.631	446.286	42.485	414.583
Estoques	86.110	214.683	276.443	263.005
Fornecedores	5.456.503	6.170.137	5.712.939	6.255.513
<i>Disponibilidade Operacional</i>	<i>5.616.244</i>	<i>6.831.105</i>	<i>6.031.867</i>	<i>6.933.101</i>

Como acima descrito, a linha Duplicatas a receber, embora tenha apresentado aumento ao longo do período em análise, esta participa de 6,5% na Disponibilidade Operacional em 2016 e, em 6% no 1º trimestre de 2017.

Com relação aos Estoques a participação em 2016 foi de 3% na Disponibilidade Operacional, enquanto que no 1º trimestre de 2017 este percentual subiu para 3,8%, como podemos observar abaixo.



Das variáveis acima mencionadas, a linha Fornecedores é a que maior participação possui: em ambos os períodos (2016 e 1º trimestre de 2017) a participação deste foi de 90% na Disponibilidade Operacional. Tendo em vista tal participação, é importante que a empresa assegure que seus contratos, junto aos fornecedores, estejam alinhados às necessidades do seu negócio, bem como que os objetivos acordados sejam gerenciados para que o relacionamento, junto a estes, não venha a atrapalhar os contratos futuros.

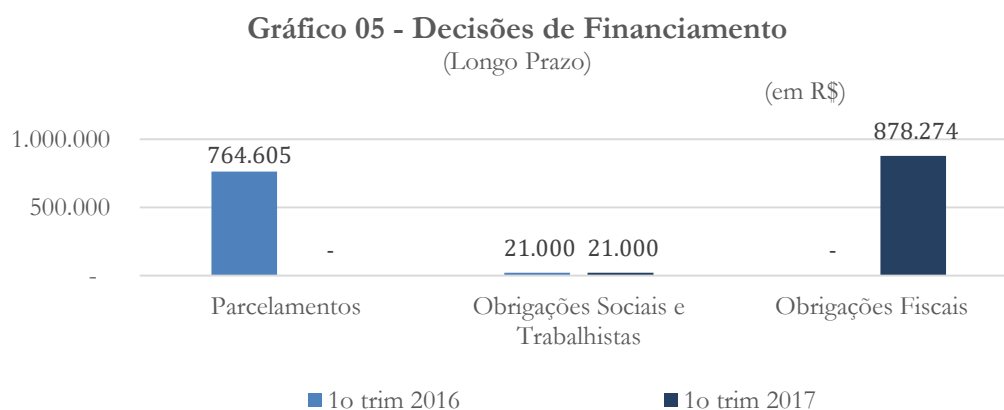
v. Da Distribuição de Financiamentos

No que se refere às decisões de financiamento, a empresa possui Patrimônio Líquido negativo em R\$ 15.654.753 e Passivo Total no

valor de R\$ 1.912.526 – resultado observado no 1º trimestre de 2017 e, isso significa que a empresa tem se financiado através de capital de terceiros¹⁰.

No que diz respeito as decisões de financiamento de longo prazo (no valor de R\$ 899.274) da empresa, verifica-se que a participação deste financiamento está em torno de 47%, saldo referente ao 1º trimestre de 2017.

Esta pode ser representada da seguinte forma:

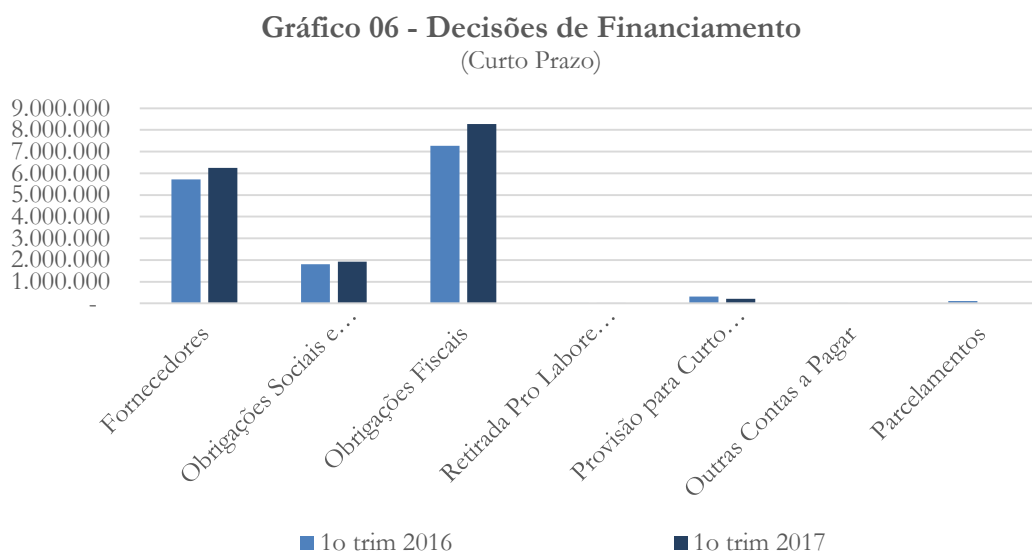


Entre o período de 2015 a 2016, este percentual ficou em 57% - portanto, a empresa reduziu a participação de financiamento, referente ao longo prazo, no período em análise.

Importante consignar – observando o gráfico acima – que a empresa, entre o 1º trimestre de 2016 e o 1º trimestre de 2017, não apresentou variação no que diz respeito a linha Obrigações Sociais e Trabalhistas, enquanto a

¹⁰ Vale ressaltar que a situação foi a mesma desde o início do período em análise.

linha Parcelamento, deixou de apresentar saldo no 1º trimestre de 2017 e a linha Obrigações Fiscais, não apresentou saldo no 1º trimestre de 2016¹¹.



Referente aos valores constantes das decisões de financiamento de curto prazo (Passivo Circulante), verifica-se que os maiores valores de curto prazo estão concentrados na linha Obrigações Fiscais (R\$ 8.270.505) e Fornecedores (R\$ 6.255.513), os quais apresentaram leve redução ao longo do período em análise: de 2015 para 2016, a linha Obrigações Fiscais apresentou aumento de 14%, enquanto no período do 1º trimestre de 2016 para o 1º trimestre de 2017 este aumento diminuiu para 13,8%. O mesmo pode ser observado quando da análise da linha Fornecedores: esta apresentou um aumento de 13% entre o ano de 2015 e 2016, enquanto no 1º trimestre de 2016 para o 1º trimestre de 2017, este aumento diminuiu para 9,5%.

¹¹ Talvez o resultado do período seja fruto das alterações realizadas na gestão da empresa ao longo do período. Para uma análise aprofundada sobre este tópico, a empresa poderá prestar novos esclarecimentos.

*vi. Da análise da qualidade e dos resultados das decisões
investimentos e financiamentos (Demonstração de Resultado do
Exercício – DRE)*

De acordo com declaração prestada pela Empresa, a Demonstração do Resultado do Exercício¹² da empresa, diz respeito ao resultado referente ao exercício social de 2015 (01/01/2015 a 31/12/2015) e de 2016 (01/01/2016 a 31/12/2016), apresenta-se da seguinte forma:

Demonstração de Resultado do Exercício	2015	2016
(+) Receita Bruta	21.255.151	19.518.494
(-) Deduções	8.723.561	7.247.040
(=) Receita Líquida	12.531.590	12.271.453
(-) Custo do Produto Vendido (CPV)	11.319.560	9.528.025
(=) Lucro Bruto	1.212.031	2.743.429
(-) Despesas Administrativas	2.137.085	1.691.731
(-) Despesas c/ Vendas	3.068	-
(-) Despesas Financeiras	1.846.521	1.249.118
(-) Outras Despesas Operacionais	2.397	38.863
(+) Receitas Financeiras	9	10
	-	-
(=) Lucro/Prejuízo antes do IR e CSLL	2.777.032	236.272
(+) Outras Receitas	1490	0
	-	-
(=) Prejuízo contábil líquido antes da CS	2.775.542	236.272

¹² Como EIRELI, a empresa encerra seu balanço patrimonial e resultado econômico anualmente.

	-	-
(=) Prejuízo contábil líquido antes da IR	2.775.542	236.272
	-	-
(=) Prejuízo	2.775.542	236.272
	-	-
(=) Prejuízo Líquido do Período	2.775.542	236.272

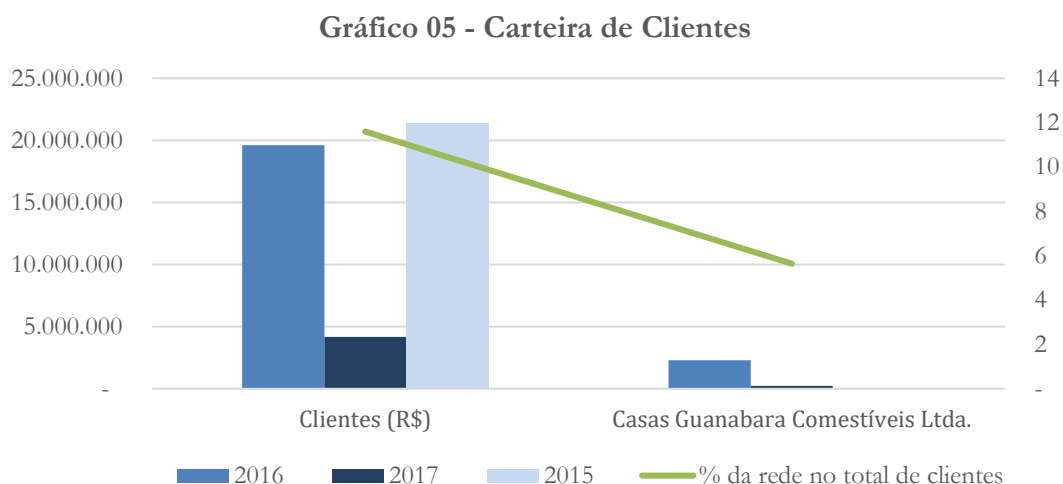
Segundo dados fornecidos pela empresa constantes da DRE, apesar de apurar prejuízo no período em análise – Jan a Dez/2015 e 2016 – no valor de R\$ 2.775.542 e de R\$ 236.27, verificamos que este apresentou redução significativa ao longo do período em análise. Além disso, apesar da Receita Bruta ter sofrido diminuição de 8,2%, esta se mantém em um patamar acima do saldo apurado acima, o que nos leva a estimar que tais prejuízo – com as devidas medidas estabelecidas e aplicadas dentro do Plano – podem levar a uma reversão na situação hoje encontrada, dado que a empresa possui capacidade de produção e vendas, bem como uma carteira de clientes.

Conforme documentos enviados pelo sócio e contador da empresa, vale ressaltar que a Carteira de Clientes¹³ da empresa apresentou uma redução de 8,4% no período de 2015 (R\$ 21.411.575) para 2016 (19.622.082). Atualmente (abril/2017), esta possui um saldo de R\$ 4.155.987, como podemos observar no gráfico abaixo.

Em se tratando, especificamente, da Casas Guanabara Comestíveis Ltda. – a qual proporcionou recorde de faturamento em maio de 2016 – podemos verificar que esta apresentava uma participação de 12% no total de

¹³ A Carteira de Clientes encontra-se em ANEXO.

clientes da empresa em 2016 (R\$ 2.273.912), enquanto em 2017¹⁴ (R\$ 234.174), esta participação está em 6%.



No que se refere ao Custo do Produto Vendido, a empresa obteve o resultado de R\$ 11.319.560 (em 2015) e de R\$ 9.528.025 (em 2016), apresentando assim uma diminuição de 15,8%, no período em análise. A partir desse saldo, verificamos que o Custo apresenta-se inferior a Receita Líquida alcançada – o que nos permite vislumbrar maiores chances de recuperação em seus próximos exercícios. Veja-se:

DRE	2015	2016
Receita Líquida	12.531.590	12.271.453
CPV	11.319.560	9.528.025
Varição CPV vs ROL	90	78

¹⁴ Vale lembrar: abril/2017.

Vale ressaltar, quanto as despesas, que estas também tem sido reduzidas ao longo do período de análise: as despesas administrativas¹⁵ tiveram redução de 20,8%, enquanto as despesas financeiras apresentaram redução de 32,4% - o que demonstra sensatez mediante o período de crise pelo qual vivemos hoje no país.

Já com relação as Outras Despesas Operacionais, estas apresentaram um aumento significativo. Necessário maiores esclarecimentos por parte da empresa.

Analisando o resultado bruto e, tendo em vista que a empresa apresenta lucro¹⁶, conseqüentemente a sua Margem Bruta – que demonstra o percentual de retorno dos sócios ao capital social investido – é positiva. Tal resultado nos mostra que, apesar da empresa ter obtido um prejuízo líquido no período – passando de R\$ 2.775.542 para R\$ 236.272 – no que diz respeito ao resultado bruto, formalmente, há rentabilidade no negócio.

c. Da análise da Demonstração de Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa nos fornece um resumo dos fluxos de caixa relativos a três importantes aspectos da empresa sendo estes: atividade operacional, atividade de investimentos e atividade de financiamentos.

¹⁵ De acordo com informações da empresa, as Despesas Administrativas elevaram no período subsequente devido a reajustes salariais concedidos no período.

¹⁶ O lucro bruto de 2015 foi de R\$ 1.212.031, enquanto de 2016 ficou em R\$ 2.743.429 – apresentando assim um aumento superior a 100%, no período em análise.

Nesse sentido, a DFC permite ao usuário ver como o caixa alterou de um período a outro, quais contas foram responsáveis por esta alteração e qual foi o resultado obtido com cada atividade deste fluxo.

O objetivo primário da DFC é prover informações relevantes sobre pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma empresa, ocorridos num determinado período e, nessa perspectiva a DFC aponta a necessidade ou não de captar empréstimos ou aplicar excedentes de caixa em operações rentável com a finalidade de buscar a eficácia financeira e administrativa da empresa.

A empresa nos forneceu Fluxo de Caixa do período de março/2016 a março/2017¹⁷, o qual encontra-se em anexo – disponível para análise.

Nos foi fornecido também o Fluxo de Caixa projetado¹⁸ para o período de 12 meses que compreende: abril/2017 a março/2018.

A partir dessa projeção podemos verificar que:

¹⁷ Vale ressaltar que, apesar de constar apenas as Atividades Operacionais, fica claro que a maior dificuldade hoje da empresa diz respeito ao pagamento junto aos seus fornecedores – o que inspira dedicação e, talvez, melhor gerenciamento.

¹⁸ A planilha completa com o Fluxo de Caixa projetado encontra-se em ANEXO.

- (i) O componente de maior participação no resultado das Atividades Operacionais é o Pagamento de Fornecedores, o qual – segundo a projeção realizada – aumentará em 64,1%, ao longo do período em análise;
- (ii) Em se tratando do Pagamento de Despesas Operacionais, a projeção nos mostra que esta apresentará leve aumento de 5,4%, no final do ano (novembro/2017), mantendo-se em R\$ 172.288, até o final do período em análise;
- (iii) Verificamos que mesmo havendo uma projeção de contínuo Pagamento de juros – ao longo de todo o período projetado – o Fluxo de Caixa Operacional projetado para maio de 2018 é de R\$ 136.236 – o que significa sair de uma situação que já estava positiva (R\$ 29.802) para uma situação muito mais confortável e que talvez, possa ainda proporcionar a empresa melhores condições para saldar suas obrigações e ter disponibilidade financeira, caso haja registro de lucro líquido;
- (iv) O Fluxo de Caixa de Investimento, item que demonstra as formas de a empresa alocar recursos em ativos que trarão benefícios futuros, como por exemplo, uma nova máquina num complexo fabril, capital de giro, pesquisa e desenvolvimento, a compra de outra empresa, etc., apresenta saldo zero (R\$ 0,00) até junho de 2017, quando é definido um valor de R\$ 6.000, direcionado a Aplicação Líquida em Imobilizado;
- (iv) O Fluxo de Caixa Financiamento, de acordo com as projeções, apresentará um aumento de 3%, ao longo do período projetado.

Basicamente, percebeu-se, com a análise sumária neste item final ora apresentado, que a empresa está ativa e em pleno funcionamento, com carteira de pedidos, estoque, maquinário e funcionários ativos, conforme atestado por esse administrador.

II. DOS REQUISITOS PARA O DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL – ARTS. 48 E 51 DA LEI 11.101/2005

Conforme a decisão de fls. 179, restou determinado que a empresa Fernando Borges Administração Participação e Desenvolvimento de Negócios Ltda., apresentasse parecer quanto à viabilidade do processamento da Recuperação Judicial

Neste contexto, foi apresentada a petição de fls. 208/217, que, no item 16, ressaltou que alguns dos requisitos dos artigos 48 e 51, não haviam sido cumpridos integralmente.

A Recuperanda foi intimada a regularizar a instrução do feito, e assim, trouxe aos autos, os documentos de fls. 227/342, e posteriormente, os documentos de fls. 356/435.

Com a juntada dos documentos, e, resolvido o conflito de competência, foi proferida a decisão de fls. 594/599, reconhecendo estarem presentes os requisitos legais para instrução do feito, o que levou ao deferimento do processamento da Recuperação Judicial.

Através da petição de fls. 616/632, os credores José Carvalho Miranda Junior e Francisco Afonso Gomes Citelli insurgiram-se contra o deferimento do processamento da Recuperação Judicial, sob o argumento de que não foi cumprido o disposto no inciso 4º, do artigo 48 da LRJF, posto que o sócio administrador da empresa, segundo os credores, tem diversas condenações criminais.

Quanto ao tema, Data Venia, primeiro, o tema quanto ao preenchimento das formalidades previstas nos artigos 48 e 51 da Lei 11.101/2005, precluiu em razão da decisão de deferimento do processamento da Recuperação Judicial; segundo, caso os credores não concordem com a decisão proferida, deverão observar os meios legais e próprios para o exercício de seu direito.

E, finalmente, Permissa Venia, na opinião deste signatário, o requisito previsto no inciso IV do artigo 48 da Lei 11.101/2005 foi devidamente cumprido, pois, em que pese, constar da certidão de distribuição criminal (doc. anexo) a existência de processos criminais contra o sócio da Recuperanda, nenhum deles refere-se a crimes previstos nesta Lei, vide artigo 48, inc. IV da lei 11.101/2005:

“Art. 48. Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:

(...)

IV – não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei.”

III. DOS HONORÁRIOS DO ADMINISTRADOR JUDICIAL

Acerca dos Honorários do Administrador, vale destacar que, conforme orientação da Lei nº 11.101/05, o administrador judicial é profissional idôneo, de alta especialização, que deve ser escolhido pelo magistrado no âmbito desse tipo mercado. Assim, ao contrário do que ocorria na antiga lei de falências, onde o síndico deveria ser escolhido dentre os maiores credores, na nova sistemática a escolha deve ser feita dentre os profissionais mais qualificados no mercado.

Conforme ensina Mauro Rodrigues Penteadó “*os administradores judiciais são profissionais dos quais depende o bom andamento e mesmo o êxito dos procedimentos, daí o cuidado que deve ser adotado nas suas nomeações, evitando-se a consideração do padrão preferencial referido na Lei, pois a atividade reclama não apenas a titularidade de graus acadêmicos, mas também independência e experiência, particularmente no ramo de negócios em que milita o devedor, pois sua atuação esta voltada para a fiscalização de empresa que enfrenta situação de crise econômico-financeira (art. 47), ou para a administração de empresa insolvente ou insolvável, com vistas à sua liquidação por padrões e mediante soluções empresariais (art. 140).*” (Do administrador judicial e do comitê de credores, in Comentários à Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas, obra coletiva coordenada por Osmar Brina Corrêa Lima e Sérgio Mourão Corrêa Lima; pá 162/163).

O administrador judicial nomeado no presente feito é empresa com larga experiência no mercado, composta por sócios com alta qualificação técnica, profissionais valorizados no mercado de trabalho, e, principalmente, com vasta experiência para o exercício da função. A R4C Assessoria Empresarial conta ainda com equipe de profissionais de outras áreas tais como Contadores e Economistas que auxiliam no desempenho da função.

A Lei nº 11.101/05 determina que a fixação da remuneração do administrador judicial deve considerar os valores praticados no mercado para o desempenho de atividades semelhantes.

A premissa legal é, portanto, de que a remuneração deva corresponder aos valores praticados no mercado para o exercício dessa atividade especializada.

Todavia, a lei fixou um limite máximo dessa remuneração que será de 5% do valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial. E, além disso, impôs ao juiz considerar também a complexidade do trabalho in concreto, bem como a capacidade de pagamento da devedora, assim, dentro desse limite, e considerando os parâmetros legais, cabe ao juiz fixar a remuneração do profissional.

No caso, de acordo com as pretensões deste signatário, e da capacidade da Recuperanda, requer seja fixado o valor da remuneração deste signatário no montante equivalente a 4 % do valor do passivo sujeito à recuperação judicial (R\$ 5.900.000,00 – aproximadamente R\$ 238.000,00), que deverá ser pago em 34 parcelas de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), com vencimento no dia 20 de cada mês, com início no mês de maio de 2017.

As parcelas serão anualmente corrigidas pelo IPC-A.

O valor pretendido está abaixo do limite legal de 5% e bem observa a capacidade de pagamento da devedora. Esse valor é destinado à remuneração de todos os profissionais envolvidos na administração judicial (contador, economista e advogados).

As parcelas deverão ser pagas diretamente ao administrador judicial, através de depósito bancário, em nome de Winther Rebello, Camilotti, Castellani, Campos e Carvalho de Aguiar Vallim Assessoria Empresarial Especializada Ltda – R4C Empresarial.

IV. CONCLUSÕES

De maneira objetiva, com base no despacho judicial que determinou a presente análise, esta administradora judicial é de parecer que a Requerente revela significativos indícios de viabilidade econômica de suas atividades.

Campinas, 26 de abril de 2017.

R4C Assessoria Empresarial Ltda
Mauricio Dellova de Campos
OAB SP 183.917